

## SUMÁRIO

<i>Informação ao Leitor</i> .....	15
-----------------------------------	----

### **TÍTULO I – ELEMENTOS DA TEORIA DO DIREITO CONSTITUCIONAL COMPARADO**

#### *Capítulo I – Comparação Jurídica*

1. <i>Um pioneiro da comparação jurídica</i> .....	19
2. <i>As bases da comparação jurídica</i> .....	20
3. <i>O primeiro pressuposto da comparação jurídica</i> .....	21
4. <i>Tipos de comparação</i> .....	23
5. <i>Conceito de “comparação jurídica”</i> .....	24

#### *Capítulo II – Objeto, Finalidade e Conceito de Direito Constitucional Comparado*

1. <i>Conceito de “direito constitucional”</i> .....	26
2. <i>Objeto do direito constitucional comparado</i> .....	27
3. <i>Finalidade</i> .....	28
4. <i>Conceito</i> .....	29

#### *Capítulo III – Natureza do Direito Constitucional Comparado*

1. <i>Método ou ciência?</i> .....	30
2. <i>Controvérsia sem sentido?</i> .....	30
3. <i>Método comparativo</i> .....	31
4. <i>Disciplina autônoma?</i> .....	32
5. <i>Ciência autônoma?</i> .....	33
6. <i>Apreciação</i> .....	34



### *Capítulo IV – Metodologia do Direito Constitucional Comparado*

1. <i>Questão de ordem</i> .....	36
2. <i>Técnicas do direito constitucional comparado</i> .....	37
2.1 <i>Número e escolha dos ordenamentos constitucionais a           comparar e, dentro deles, a escolha dos termos a comparar.</i> .....	37
2.2 <i>Comparabilidade</i> .....	39
2.3 <i>Modo de conhecimento do objeto a comparar</i> .....	40
2.4 <i>Definição dos contextos dos ordenamentos constitucionais           a comparar</i> .....	41
3. <i>Fases do procedimento metodológico</i> .....	42
3.1 <i>Conhecer</i> .....	43
3.2 <i>Compreender</i> .....	43
3.3 <i>Comparar</i> .....	44

### *Capítulo V – Direito Constitucional Comparado e Reforma do Estado*

1. <i>Premissas</i> .....	45
2. <i>Função da comparação constitucional e a reforma do Estado</i> ..	46
3. <i>Processo constituinte e reforma do Estado</i> .....	47

### *Capítulo VI – Direito Comparado e Recepção Constitucional*

1. <i>Comparação constitucional e recepção constitucional</i> .....	48
2. <i>Recepção na comparação constitucional sincrônica</i> .....	49
3. <i>Recepção na comparação constitucional diacrônica</i> .....	51
4. <i>Recepção qualificada das leis</i> .....	54

## **TÍTULO II – COMPARAÇÃO SINCRÔNICA DO DIREITO CONSTITUCIONAL**

### *Capítulo I – Influência, Coincidência e Divergência Constitucionais: Espanha/Brasil*

1. <i>Questão de ordem</i> .....	59
2. <i>Influência pré-constituente</i> .....	60
3. <i>Influência normativa, um campo de impossibilidades</i> .....	62
4. <i>Influência normativa, possibilidades e coincidências</i> .....	70
5. <i>Estado Democrático de Direito</i> .....	72
6. <i>Conclusão</i> .....	75

## *Capítulo II – Sistemas de Governo na América Latina*

1. <i>Introdução</i> .....	77
2. <i>Sistema de governo no Brasil</i> .....	77
3. <i>Sistemas de governo na América Latina</i> .....	81
4. <i>Comparação de formas constitucionais</i> .....	93

## *Capítulo III – Capitais Federais Latino-Americanas*

1. <i>Introdução</i> .....	94
2. <i>Estado Federal, Capital Federal e Distrito Federal</i> .....	94
3. <i>A questão da Capital Federal</i> .....	98
4. <i>Brasília</i> .....	99
5. <i>Buenos Aires</i> .....	102
6. <i>Caracas</i> .....	105
7. <i>Cidade do México</i> .....	106
8. <i>Regime jurídico das Capitais Federais</i> .....	108
8.1 <i>Brasília</i> .....	108
8.2 <i>Buenos Aires</i> .....	111
8.3 <i>Cidade do México</i> .....	112
8.4 <i>Caracas</i> .....	114
9. <i>Natureza jurídica</i> .....	115
10. <i>Coincidências e diferenças</i> .....	120
10.1 <i>As coincidências</i> .....	120
10.2 <i>As diferenças</i> .....	121

## *Capítulo IV – Da Jurisdição Constitucional no Brasil e na América Latina*

### (A) FUNDAMENTOS DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

1. <i>Objeto do estudo</i> .....	123
2. <i>Supremacia constitucional e sua garantia</i> .....	124
3. <i>Experiência brasileira</i> .....	124
4. <i>Crêterios da jurisdição constitucional</i> .....	128
4.1 <i>Sistema exclusivamente difuso</i> .....	129
4.2 <i>Sistema exclusivamente concentrado</i> .....	133
4.3 <i>Sistema misto</i> .....	141
4.4 <i>Sistema dual ou paralelo</i> .....	155
5. <i>Modos de exercício da jurisdição constitucional</i> .....	161

**(B) O MÉTODO DIFUSO**

6. <i>Exercício da jurisdição constitucional por via de exceção</i> .....	162
7. <i>Motivos de inconstitucionalidade no sistema difuso</i> .....	168
8. <i>Efeitos do controle difuso</i> .....	168

**(C) MÉTODO CONCENTRADO**

9. <i>Bases constitucionais do sistema concentrado</i> .....	170
10. <i>Tribunais que podem exercer o controle</i> .....	170
11. <i>Método do controle</i> .....	170
11.1 <i>Ação popular</i> .....	171
11.2 <i>Lapso de caducidade da ação</i> .....	171
11.3 <i>Quem pode fazer parte do processo</i> .....	171
11.3.1 <i>Ação de inconstitucionalidade genérica federal</i> (CF, art. 102, I) .....	171
11.3.2 <i>Ação de inconstitucionalidade genérica estadual</i> ...	173
11.3.3 <i>Ação de inconstitucionalidade interventiva federal</i>	174
12. <i>Objeto do controle concentrado</i> .....	175
13. <i>Motivos de inconstitucionalidade que permitem o exercício do</i> <i>controle concentrado</i> .....	175

**(D) ATOS INCONSTITUCIONAIS**

14. <i>Atos sujeitos ao controle de constitucionalidade</i> .....	175
15. <i>Questões excluídas do controle de constitucionalidade</i> .....	180
16. <i>Natureza do ato inconstitucional</i> .....	182

**(E) EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E  
OS REMÉDIOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

17. <i>Jurisdição constitucional da liberdade</i> .....	184
18. <i>“Habeas corpus”</i> .....	185
19. <i>Mandado de segurança</i> .....	185
20. <i>O mandado de injunção</i> .....	187
21. <i>“Habeas data”</i> .....	187
22. <i>Ação popular</i> .....	187
23. <i>Ação civil pública</i> .....	188

**(F) A SENTENÇA DECLARATÓRIA DE  
INCONSTITUCIONALIDADE**

24. <i>Natureza da sentença sobre a questão de constitucionalidade</i> ...	189
25. <i>Eficácia da sentença que decide a arguição de inconstitucionalidade, em exceção</i> .....	189



26. Eficácia da sentença proferida no processo da ação direta genérica .....	191
27. Eficácia da sentença proferida no processo da ação direta interventiva .....	192

### *Capítulo V – A Constituição de 1988 e o Constitucionalismo Latino-Americano*

1. Limite do tema .....	194
2. “Habeas data” .....	194
2.1 Acolhimento do instituto em Constituições latino-americanas .....	199
2.1.1 Argentina .....	199
2.1.2 Equador .....	200
2.1.3 Honduras .....	200
2.1.4 Paraguai .....	201
2.1.5 Peru .....	201
2.1.6 Colômbia .....	202
2.1.7 Bolívia .....	202
3. Integração da América Latina .....	203
4. Relações internacionais .....	206
5. Direito da criança .....	207
6. Povos indígenas .....	208
7. Meio ambiente .....	211
8. Uma conclusão geral .....	213

### *TÍTULO III – COMPARAÇÃO DIACRÔNICA DO DIREITO CONSTITUCIONAL*

#### *Capítulo I – A Posição da Constituição de 1988 no Constitucionalismo Brasileiro*

1. Modos de formação constitucional .....	217
2. Existência ou não de projeto prévio .....	220
2.1 Declaração de direitos .....	224
3. Posição dos direitos fundamentais .....	225
4. Fonte do poder .....	226

#### *Capítulo II – Influência do Anteprojeto da Comissão de Estudos Constitucionais sobre a Constituição de 1988*

1. Elementos comuns no processo de formação .....	228
2. Estrutura normativa .....	230
3. Princípios fundamentais .....	233
4. Direitos fundamentais .....	235



<b>5. Sistema de governo</b>	238
5.1 Parlamento	238
5.2 Poder Executivo	239
5.3 Poder Judiciário	240
5.4 Ministério Público	240
<b>6. Sistema eleitoral</b>	241
<b>7. Ordem econômica</b>	242
7.1 Propriedade rural e reforma agrária	244
7.2 Política urbana	245
<b>8. Direitos sociais e ordem social</b>	245
8.1 Princípios da ordem social	246
8.2 Seguridade social	247
8.3 Saúde	247
8.4 Família	247
8.5 Educação, cultura, comunicação social, ciência e tecnologia	
8.5.1 Educação	248
8.5.2 Cultura	249
8.5.3 Comunicação social	250
8.5.4 Ciência e tecnologia	250
8.6 Meio ambiente	251
8.7 Direito dos índios	252
<b>9. Conclusão</b>	253

*Capítulo III – Proposta de Constituição de José Afonso da Silva  
e o Anteprojeto da Comissão Afonso Arinos*

<b>1. Colocação do tema</b>	255
<b>2. Metodologia</b>	255
<b>3. Técnica legislativa</b>	256
<b>4. Princípios fundamentais</b>	257
<b>5. Direitos fundamentais</b>	258
5.1 Princípios gerais (arts. 7º a 14)	258
5.2 Direitos e garantias individuais	258
5.3 Direitos econômicos (arts. 35 a 52)	259
5.4 Direitos sociais (arts. 53 a 62)	260
5.5 Direito à educação e à cultura (arts. 63 a 67)	261
5.6 Direitos políticos (arts. 68 a 80)	262
5.7 Direito à nacionalidade (arts. 81 a 83)	262
5.8 Democracia de conteúdo social	262
<b>6. Organização nacional</b>	263
6.1 Federação (arts. 84 a 108)	263

6.2	<i>Organização dos Poderes (arts. 109 a 177)</i> .....	264
6.2.1	<i>Poder Legislativo: unicameralismo ou bicameralismo?</i> .....	265
6.2.2	<i>O Poder Judiciário</i> .....	266
6.2.3	<i>Colaboradores dos Poderes (arts. 179 a 188)</i> .....	267
7.	<b><i>Defesa da Constituição</i></b> .....	268
7.1	<i>Jurisdição constitucional</i> .....	268
7.2	<i>Reforma constitucional</i> .....	269
7.3	<i>Estado de sítio</i> .....	269
8.	<b><i>Ouvidor-geral</i></b> .....	270
9.	<b><i>Conclusão</i></b> .....	271
	<b><i>Bibliografia</i></b> .....	272

#### TÍTULO IV – APÊNDICE

I – ANTEPROJETO DA COMISSÃO AFONSO ARINOS .....	283
II – PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE JOSÉ AFONSO DA SILVA .....	370
III – PROJETO AFONSO NA CONSTITUINTE .....	431